INCLUSÃO SOCIAL E SUAS DIVERSIDADES NA EDUCAÇÃO

JULIANA FRANCO MARTINS

RESUMO

Esse artigo pretende buscar reflexões a respeito da inclusão social e suas diversidades na Educação. Tem como objetivo geral abordar a importância dos diversos tipos em inclusão, e como a escola pode colaborar para se ter uma educação inclusiva. A inclusão educacional implica uma busca constante do sistema educacional pela integração de todos os seus alunos, proporcionando espaços de diversidade na aprendizagem. Essa inclusão considera as diferentes condições individuais para que os alunos alcancem sua adaptação em um ambiente sem discriminação, de acordo com suas diversidades. Pode-se referir a esse termo como uma aspiração e um valor de igualdade para os alunos, considerando que eles querem se sentir incluídos. Da mesma forma, busca atender a todas as subjetividades, tomando práticas inclusivas na educação para responder e abordar todos os contextos de diversidade. A metodologia utilizada nesse trabalho de conclusão de curso baseia-se em uma pesquisa bibliográfica, com a corroboração de autores que denotam a respeito do tema inclusão e diversidades nas escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade. Inclusão. Igualdade.

INTRODUÇÃO

Durante a primeira metade do século XX, as pessoas com dificuldades de aprendizagem eram consideradas pessoas com "deficiências de origem endógena, incuráveis e sem instrução". Na segunda metade do século XX, graças à influência da corrente behaviorista, nasceu a ideia de que todos podem aprender. E, consequentemente, surgiram as escolas de educação especial, enfatizando o ambiente, mas, ao mesmo tempo, legalizando o seu isolamento, invisibilidade e discriminação.

Por volta da década de 1970, os princípios de normalização e integração começaram a ser estabelecidos nos níveis escolar, social e trabalhista. Os direitos de todas as pessoas foram reconhecidos.

O problema de pesquisa desse trabalho de conclusão de curso delimita-se pelo fato de tentar entender um pouco mais a respeito do processo de inclusão, respeitando as diversidades de cada indivíduo. Dessa forma, uma escola que atende à diversidade, reconhece a existência de barreiras à aprendizagem (individuais e coletivas). No entanto, exige a implementação de metodologias adequadas, tanto dentro como fora da sala de aula, incluindo o resto da comunidade educativa e da sociedade.

A educação deve ser, por direito, acessível a todos, independentemente das condições das pessoas e do entendimento de que há grande diversidade na aprendizagem.

Esse trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral oferecer informações pertinentes sobre a inclusão social e as diversidades na educação. Os objetivos específicos são: abordar a noção de inclusão, as quais são diversas e muitas vezes contraditórias, fazer uma reflexão sobre o entendimento que existe na escola, na equipe gestora e pedagógica sobre a abordagem inclusiva e refletir sobre as diferentes maneiras de lidar com a complexidade, que implica trabalhar considerando como se constrói a diversidade.

A relevância desse trabalho de conclusão de curso justifica-se pelo fato de fazer com que educadores, gestores escolares, pais e comunidades voltem seus olhares para a diversidade e a inclusão como um fator social e fundamental para a convivência em sociedade.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação apresenta diferentes dificuldades em diversas áreas, como políticas públicas, economia, gestão, ciências pedagógicas, entre outras. Agora, a busca pela inclusão no ensino superior desperta grande interesse, uma vez que a universidade é um lugar onde muitas vezes a segregação e as desigualdades sociais que operam em outras áreas sociais são replicadas/amplificadas.

A educação inclusiva é considerada um movimento cujo objetivo é ampliar a perspectiva do sistema educacional, reconhecendo ou inevitavelmente direcionando a educação e o valor da diversidade estudantil. Esse direito humano universal está refletido na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que no início da década de 1990 manifestou a necessidade de levantar políticas inclusivas para jovens e adultos, para o ensino fundamental e médio.

Apesar desses acordos internacionais, ainda há crianças e jovens privados de direitos humanos fundamentais (UNESCO, 2005). Na mesma linha de argumentação, a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que o objetivo da educação é alcançar ou conhecer o desenvolvimento de todas as pessoas. A educação, portanto, deve ser inclusiva, fortalecendo a reciprocidade e promovendo a paz (UNESCO, 2005). Portanto, uma educação inclusiva deve estimular o desenvolvimento equitativo considerando as diferentes visões e perspectivas para sua aplicação.

A amplitude do conceito de inclusão possibilita vincular a educação aos aspectos sociais, culturais e políticos, que, como

um todo, permite acesso, permanência e resultados favoráveis para todos os jovens, priorizando aqueles que se encontram em situação de risco ou vulnerabilidade. Nessa perspectiva, "a inclusão representa um impulso fundamental para avançar na direção da Educação para Todos, portanto, deve ser concebida como uma política do Ministério da Educação como um todo e de outros ministérios como saúde, assistência social ou economia" (UNESCO, 2007 , p.39).

A Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), em seus pressupostos, afirma que:

As necessidades educativas especiais incorporam os princípios já comprovados de uma pedagogia equilibrada que beneficia todas as crianças. Parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada criança, ao invés de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e a natureza do processo educativo. Uma pedagogia centralizada na criança é positiva para todos e, consequentemente, para toda a sociedade.

Com base nesses dispositivos político-filosóficos e nos dispositivos da legislação brasileira, o Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução nº 02/2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação básica. Essas Diretrizes incluem os alunos surdos no grupo daqueles com dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, e que demanda a utilização de linguagens e códigos aplicáveis.

O objetivo da educação inclusiva é garantir o acesso universal de crianças e jovens a esse sistema, fortalecendo o Estado, mas também significa incorporar o componente de diversidade que agrega valor às relações e trocas e encontros entre realidades e contextos. Essa perspectiva de conciliar a diversidade coloca desafios ao Estado e à sociedade, ao mesmo tempo em que estabelece outras políticas como dispositivos que respondem melhor à construção de práticas e políticas inclusivas.

Avançar nesta missão e tarefa de todos os setores e atores sociais, em conjunto com o Ministério da Educação e Escolas, este propósito está envolvido nos diversos atores sociais como; famílias, organizações de voluntariado, universidades, empresas, organizações internacionais, entre outros.

O que precede exige visibilizar e valorizar os dispositivos, mecanismos e esforços intelectuais de diversas entidades e documentos programáticos.

Para as instituições e autores, um sistema educacional inclusivo ou abrangente deve proporcionar a compreensão de dois direitos humanos e os dispositivos para protegê-los. Da mesma forma, deve buscar melhorar as habilidades das pessoas para estabelecer, preservar e exercer os direitos humanos na vida cotidiana.

No entanto, os discursos e intenções, o relatório Educação para Todos no Mundo, (UNESCO, 2010), aponta que ainda existem 72 mil crianças que não têm acesso à educação formal, com esforços incipientes para reduzir as lacunas educacionais. A escolaridade média em alguns países subdesenvolvidos é de 4 anos, enquanto em outros países mais desenvolvidos é de 15 ou 16 anos. Em outros países, a taxa de matrícula primária melhorou ligeiramente; no entanto, o fosso da desigualdade aumenta entre países ricos e pobres, não que eu diga respeito à média de anos de escolaridade. Milhares de jovens abandonam a escola sem terem adquirido as competências necessárias para se integrarem com sucesso no mercado de trabalho e, além disso, um em cada seis adultos no mundo é diretamente desafiado a aprender a ler e escrever.

ESCOLA E FAMÍLIA: CONSTRUINDO CAMINHOS INCLUSIVOS

De acordo com Biaggio (2007), a inclusão ganhou reforços com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e com a Convenção da Guatemala, de 2001, que proíbem qualquer tipo de diferenciação, de exclusão ou de restrição baseadas na deficiência das pessoas.

Segundo Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, procuradora da República e responsável pelo direito dos cidadãos do Estado de São Paulo no biênio 2002-2004: "o acesso das pessoas com deficiência ao ensino formal é garantido até pela legislação penal, pois o artigo 8º, da Lei no 7.853/89, prevê como crime condutas que frustram, sem justa causa, a matrícula de aluno com deficiência". Ou seja, "a exclusão é crime" e o acesso de alunos com deficiência a escolas comuns não é mera opção de seus pais ou responsáveis, e que a conduta excludente das escolas pode ter consequências cíveis, penais e administrativas (apud BIAGGIO, 2007, p. 19).

Contudo, é preciso levantar a discussão para o caminho percorrido pela educação brasileira para concretizar seu "projeto inclusivo", que esbarrou em "equívocos conceituais e dificuldades na reorganização pedagógica", os avanços da escola brasileira nessa direção têm acontecido de forma lenta, pois ainda há "muita resistência por parte das instituições à inclusão plena e incondicional, e isso ocorre por causa da inexperiência com a diferença" (MANTOAN, 2010, p. 13).

O sistema educacional brasileiro vem passando por significativas mudanças nas últimas décadas, e nesse contexto, o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Especial (MEC/SEESP, 2007) ressaltam em que:

"o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica", que foi desencadeada "em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação":

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2007, p.1)

A educação inclusiva tem um passado de segregação, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 10% das pessoas têm algum tipo de deficiência, o que representaria 15 milhões de brasileiros, de acordo com o Censo do IBGE de 2000. Em 2004, a fim de aprimorar a formulação de políticas públicas, o MEC passou a definir melhor as várias categorias de deficiência (BIAGGIO, 2009, p.21).

Um novo desafio se impõe à prática docente na contemporaneidade, o trabalho em equipe, pois "o professor sozinho não pode de forma isolada transformar um centro educacional em espaço inclusivo, mesmo que sua sala de aula seja um espaço inclusivo", é necessário colaboração e articulação entre toda a comunidade escolar, especialmente da família (DIEZ, 2010, p. 21).

A inclusão não se pratica apenas no contexto escolar, "não é possível conceber uma escola inclusiva num " mar social" de exclusão" (Rodrigues, 2003, p. 9).

De acordo com Alarcão (2003, p.88):

As escolas, os professores, os políticos e os pais comecem a interrogar-se sobre este paradigma organizacional de incrível uniformidade e o paradigma de educação e aprendizagem que lhe está subjacente (...) se adequa à nova realidade caracterizada por: uma população escolar altamente heterogénea e massificada; acessibilidade da informação; exigência do conhecimento como bem social; requisitos da sociedade global relativamente aos saberes qualificados; necessidade de se explorarem as capacidades de trabalho individual e cooperativo para se transformar em conhecimento o saber que brota da assimilação das informações.

Portanto, percebe-se que a inclusão está presente cada dia mais em nossos cotidianos, sendo assim, a família e a escola devem caminhar lado a lado, para que o aluno com autismo possa ter um acompanhamento adequado que contribuirá para o seu desenvolvimento integral e significativo.

Um muro demasiado alto e muito difícil de transpor. Um muro de palavras e silêncios, de gestos e expressões, de sons e de cheiros, de imagens e de toques, de intenções e de códigos. Um muro que dá para um mundo que eles não compreendem, mas no qual estão inseridos e do qual fogem, sempre que possível, para o deles, o interior. Eles são as crianças com autismo. Cada um vive o seu mundo. Nós fazemos os possíveis para entrar no seu mundo, descobrir o que faz deles diferentes, saber porque nascem assim, qual a melhor forma de lidar com eles o que muda ao longo dos anos, enfim, entender como devemos deixá-los viver e crescer felizes (PIRES, 2003, apud FORTUNATO, 2006)

Pessoas com Transtorno de Espectro Autista, por exemplo, não se sentem bem ao conviver em grupo e por isso é fundamental que ocorra um acompanhamento precoce para um tratamento adequado que auxilie no processo do convívio social.

De acordo com Mantoan (1997, p. 13):

É através da escola que a sociedade adquire, fundamenta e modifica com participação, colaboração e adaptação. Embora outras instituições como família ou igreja tem função muito importante, é da escola a maior parcela.

Portanto, deve sempre existir uma parceria entre escola e família, em prol da criança com alguma diversidade, como transtornos ou déficit de aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento integral e significativo da mesma.

POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO EDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR

A título de diagnóstico, observa-se como nas últimas décadas se percebe que há uma fragilidade nas políticas públicas, referentes à inclusão educacional não no ensino superior, uma vez que algumas delas se referem a políticas compensatórias que se traduzem em bolsas (entre outros), que tentam equacionar os desvios de um sistema econômico e social desigual. Portanto, ele tem um discurso bastante ambíguo e pouco comprometimento como Ensino Superior. Verifica-se que as Universidades continuam a conceber o estudante universitário como o "herdeiro" de um patrimônio cultural, que conhece e é apropriado por códigos hegemônicos, questão absolutamente irrealista. Assim, os discursos, as linguagens, assim como as metodologias e didáticas reproduzem desvios e efeitos paradoxais.

As universidades têm enfrentado o problema da desigualdade e da dependência, implementando uma série de mecanismos que buscam a inclusão. Entre eles, abriremos a oferta de carreiras, dentro da lógica do mercado, flexibilizaremos os padrões de admissão, gerando bolsas e auxílios institucionais, propaedêutica, tutoria, aconselhamento. No entanto, a maior possibilidade de acesso às instituições de ensino superior não conseguiu romper com a desigualdade e não permitiu maior diversidade cultural.

Portanto, a inclusão refere-se ao exercício do acesso universal para jovens que, historicamente, não tiveram a oportunidade de ingressar no ensino superior. Atualmente, essa questão -aparentemente resolvidadada ou deixada por entidades com as mais diversas ofertas, porém, a permanência desses jovens não é necessariamente mediada por políticas e mecanismos de nivelamento que lhes permitam compreender os novos códigos e linguagens.

Esta forma, práticas e estilos de ensino continuam a ser reproduzidos tal como encontramos herdeiros, aliás, existe a priori discriminação em relação a estes jovens, face aos jovens estudantes de entidades públicas ou com formação própria. O resultado foi a disso ou desespero de jovens que ingressaram no ensino superior em busca de novos horizontes, mais de uma vez desistiram devido aos baixos retornos e acabaram arrastando uma alta divisão. Portanto, além de perpetuar a situação de desigualdade, há eternas divisões e sonhos não realizados.

A inclusão, então, exige compromissos éticos tanto das instituições de ensino superior, quanto do Ministério da Educação e dos indivíduos, pois os jovens e suas famílias depositam confiança e esperança de mobilidade social que nunca chegam, pois a educação está nas mãos do mercado. A universalização do Ensino Superior exige, como imperativo moral, a regulamentação das universidades, revisão de planos de estudos e acompanhamento permanente de dois processos de qualidade e relevância de gestão que evidenciam políticas e dispositivos. Um instrumento que seja possível ou credenciador.

Desta forma, o ingresso no ensino superior de jovens “diferentes” exige mudar as chaves de discussão e situar e imaginar uma educação que considere as diversidades sociais que são admitidos no ensino superior. O exposto exige ou o reconhecimento de que transformações têm sido vivenciadas nos espaços educativos ao nível da cartografia, ou então, como emergência de novos atores sociais, o que implica um renovado arquétipo de gestão e, portanto, a instalação de propósitos com outros cânones. Deve-se exigir, portanto, sistemas educacionais que se ajustem em pertinência aos contextos e demandas culturais, concebendo uma nova entidade, que, além da preocupação de saber/fazer, invista na preocupação com os sujeitos que ingressam.

Exercer ou dirigir a educação exige necessariamente que seja inclusiva e que certifique ou progrida na educação para todos. Esta deve assumir a forma de uma formação relevante, adequada e situada, de acordo com as diferenças contextuais e culturais, que contemple metodologias de ensino e ritmos de estudo.

A educação deve basear-se na não discriminação, na igualdade de acesso e na inclusão, considerando as diferenças como suporte para sociedades mais justas e democráticas. Essa demanda social tem sido possível porque os próprios jovens estudantes, por meio de movimentos sociais, foram levantados para discutir política no ensino superior.

O livre questionamento político está, de fato, consolidado como dispositivo de inclusão.

Por fim, conforme proposto por diversos documentos da UNESCO, a inclusão não pode ser reduzida a uma questão do acesso, por isso ou binômio da inclusão social educacional foi proposto no artigo. Além disso, as universidades devem considerar várias dimensões da inclusão, os fatores que deveriam estar presentes em uma visão de inclusão integral, especificamente, nas universidades poderiam ser: a partir dos fatores sociais, socioeconômicos, realidade familiar, crenças e expectativas de dois alunos; Além de considerar as questões relacionadas a barreiras econômicas, informação, capital social e cultural, redes de apoio e mercado de trabalho. Por outro lado, do ponto de vista educacional, é preciso considerar a trajetória do aluno em termos de pré-escola, ensino fundamental e médio, barreiras de admissão, desafios de retenção e formatação pontual.

O que precede exige exercícios de empoderamento da sociedade, transformações estruturais e profundas mudanças na forma de entender o mundo. Considerando todos esses elementos citados e outros emergentes, é que a educação precisa caminhar para um conceito de inclusão integral, para o qual é necessário o apoio de políticas públicas e gestão institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Promover uma dinâmica de inclusão educacional/social exige que as escolas trabalhem planos de ação, aos quais todos esses elementos confluam, bem como aloquem recursos para uma política de inclusão integral, que deve ser apoiada pela política pública de educação.

Da mesma forma, é preciso problematizar a categoria inclusão de várias disciplinas, pois muitas vezes se refere a aspectos socioeconômicos, o que permite a implantação de mecanismos e dispositivos de nivelamento ou ação afirmativa diante de um sistema social extremamente desigual e desigual. Nesse sentido, sua concepção e prática são corretivas e hierárquicas, ou seja, tem poder e capital para incluir.

A ideia é empurrar os campos semânticos para nomear, compreender e expor a categoria de inclusão a partir da lógica do pertencimento. A primeira exige políticas públicas sociais universais justas e práticas culturais de igualdade e respeito à diversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, I. (2003). Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão. Porto: Porto Editora.

BIAGGIO, Rita de. A Inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas. Revista Criança do professor de educação infantil. MEC, Brasília-DF, 2007, P. 19-26. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf>. Acesso em 15 mar.2023.

BRASIL, EDUCAÇÃO INCLUSIVA. A fundamentação filosófica. Coordenação geral SEESP/MEC – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

BRASIL. Política para Educação Especial. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 15 mar.2023.

_____.Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. BRASIL, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=84751>. Acesso em 18 mar.2023.

DÍEZ, Anabel Moriña. Traçando os mesmo caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva. Tradução Grupo Solucion-SP. Inclusão, Revista da Educação Especial. Brasília, 2010. Vol. 5, nº. 1, p. 16-25.

FORTUNATO, M. (2006). Representações dos professores na inclusão de crianças com autismo no 1º CEB. Tese de mestrado. Universidade católica Portuguesa: Faculdade de Ciências Sociais.

MANTOAN, Maria T. O Atendimento Educacional Especializado na educação inclusiva. Inclusão, Revista da Educação Especial. Brasília, 2010. Vol. 5, nº. 1, p. 12-15.

_____. A Integração de Pessoas com Deficiências. São Paulo: Memnon, 1997.

SANTOS, Mônica Pereira. Inclusão e as relações entre a família e a escola. Espaço Aberto. INES, Rio de Janeiro, junho 1999. p. 40-47.

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO. O deficiente entra na escola, elementos para um trabalho pedagógico, São Paulo: 1989.

UNESCO. (1994). Declaração de Salamanca e quadro de ação para necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO.

UNESCO. (2005). Relatório Mundial: Rumo às Sociedades do Conhecimento. Paris: Unesco.